
O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE: DA CRIAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SECUNDÁRIO EM FRANCISCO BELTRÃO-PR (1964-1982)

Alisson Fernando Severgnini*

lattes.cnpq.br/2880033467608634

André Paulo Castanha**

lattes.cnpq.br/8802056543966163

Resumo: O presente texto apresenta resultados de uma pesquisa em nível de Mestrado. A pesquisa efetivou-se por meio de fontes bibliográficas, documentais e de entrevistas com ex-professores e ex-diretores da instituição. As entrevistas foram realizadas com base na metodologia da História Oral. A pesquisa se insere dentro da História das Instituições Escolares e adotou uma perspectiva dialética para compreender a história e o papel do Colégio Estadual Mário de Andrade – CEMA, dentro do cenário de desenvolvimento do município de Francisco Beltrão e região no período de 1964 e 1982. A partir da instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, em 1948, e da regularização da posse da terra, efetivada pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, entre 1962 e 1974, Francisco Beltrão teve um desenvolvimento acelerado. O crescimento populacional possibilitou o desenvolvimento econômico, social e urbano levando a necessidade da implantação de níveis de ensino mais avançados. O CEMA se tornou referência por ser a primeira instituição pública a oferecer o ensino de nível secundário de formação geral e, posteriormente, ao atender a demanda de ensino técnico profissionalizante. Durante muito tempo, foi a única instituição pública a oferecer o ensino de nível médio, tendo contribuído, portanto, para a formação propedêutica e profissional de muitos cidadãos de Francisco Beltrão.

Palavras- chave: Educação Secundária; Educação Pública; Sudoeste do Paraná; Desenvolvimento Regional.

* Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil).

Contato: alissonfernando@hotmail.com.br.

** Doutor em Educação. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil). Contato: andrecastanha66@gmail.com.

THE MÁRIO DE ANDRADE HIGH STATE COLLEGE: FROM CREATION TO CONSOLIDATION AS A PUBLIC INSTITUTION OF SECONDARY EDUCATION IN FRANCISCO BELTRÃO-PR (1964 - 1982)

Abstract: This text presents the results of research at the Master's level. A research was carried out through bibliographic sources, documents and interviews with former professors and former directors of the institution. The interviews were conducted based on the Oral History methodology. A research carried out within the History of School Institutions and adopted a dialectical perspective to understand the history and role of the Mário de Andrade High State College-CEMA, within the development scenario of the municipality of Francisco Beltrão and region in the period of 1964 and 1982. Since the installation of the National Agricultural Colony Osório General - CANGO, in 1948, and the regularization of land tenure, carried out by the Executive Group for Lands of the Southwest of Paraná - GETSOP, between 1962 and 1974, Francisco Beltrão had an accelerated development. Population growth has enabled economic, social and urban development, leading to the need to implement more advanced levels of education. CEMA became a reference for the first public institution to offer secondary education for general training and, later, to meet the demand for professional technical education. For a long time, it was the only public institution to offer secondary education, thus contributing to the propaedeutic and professional training of many citizens of Francisco Beltrão.

Keywords: Secondary Education; Public education; Southwest of Paraná; Regional Development.

* * *

Introdução

O presente texto é resultado de uma pesquisa desenvolvida em nível de mestrado. Por meio dele, buscamos apresentar aspectos da história da educação de Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná, compreendendo o cenário da criação do ensino secundário público no município, mediante a implantação do Ginásio Estadual de Francisco

Beltrão, que posteriormente se transformou no Colégio Estadual Mário de Andrade – CEMA.

O recorte histórico onde concentrou-se o nosso estudo foi entre 1964, ano da fundação da instituição, até o ano de 1982, quando houve uma legislação educacional Nacional, que desobrigou a obrigatoriedade da formação profissional no ensino secundário.

A partir de uma perspectiva dialética adentramos na História da Instituição, procurando compreender seu processo de fundação, expansão e consolidação como instituição pública de formação em nível secundário em Francisco Beltrão. Nosso objetivo, portanto, é evidenciar o seu papel como instituição formadora de adolescente e jovens, articulado ao desenvolvimento do município e região.

Como indicou Saviani (2013), a escola é o modelo institucionalizado pela sociedade para organizar o processo de ensino e aprendizagem das novas gerações, daí se faz necessária analisar dialeticamente as relações estabelecidas entre escola e sociedade e vice-versa. Segundo Nosella e Buffa, a aplicação do método dialético na pesquisa sobre instituições escolares permite “relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social. Dessa relação, emergem a história e a filosofia da instituição, em sentido pleno” (2005, p. 362).

Os estudos sobre a História da Educação em Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná, ainda são muito escassos, conforme indicaram Sbardello e Castanha (2018). No caso de Francisco Beltrão, identificamos os estudos de Cattelan (2014), que estudou as escolas primárias multisseriadas entre 1948 a 1981 e a pesquisa de Belliato (2017), que estudou a história do Colégio Nossa Senhora da Glória, entre 1952 e 1982. Sobre o CEMA não identificamos estudos que tratem de sua história. Temos vários estudos que tratam dos problemas ligados a posse da terra, como os de Lazier (1977, 1998), Ortolan

(2007), sobre modernização da agricultura e urbanização etc., tais como Abatti (2016), Flores (2009), Wachowicz (1985).

O estudo também está alicerçado em fontes documentais, como a legislação educacional e documentos internos da instituição, especialmente projeto Pedagógico, históricos escolares e relatórios finais de cursos, turmas entre 1969 e 1982.

Outras fontes de análise foram os depoimentos orais de ex-professores e ex-diretores do CEMA. A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Segundo Alberti,

a entrevistas de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Note-se que, se chamo isso de *ação* é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra (2004, p. 35. Grifo no original).

Por isso, segundo Freitas (2002), é importante que o pesquisador procure perceber o significado dos fatos destacados e/ou omitidos, preocupando-se mais com a qualidade e não com a quantidade das entrevistas realizadas.

A partir do uso da metodologia da História Oral¹, foi possível colher vários dados bem relevantes que permitiram cobrir algumas

¹ Adotamos os seguintes procedimentos para realizar as entrevistas: antes de gravar a entrevista pegamos a assinatura do depoente numa Carta de Autorização para Gravação e Transcrição de Entrevista. Depois da gravação procedemos a transcrição. Depois de transcrito retornamos a depoente para que pudesse fazer a

lacunas, possibilitando assim, construir/reconstruir a história da instituição no período recortado para a pesquisa.

É evidente que, quanto maior for o número e a diversidade de fontes, mais ricos e mais confiáveis podem ser os resultados, desde que o pesquisador consiga explorá-las adequadamente, fazer os devidos cruzamentos de informações. Lopes e Galvão lembram que o “cruzamento e o confronto das fontes poderá também ajudar no controle da subjetividade do pesquisador” (2001, p. 93). A partir dessa dinâmica, procuramos articular as fontes bibliográficas, as documentais, os dados estatísticos e as fontes orais, buscando cotejar as informações, no sentido de produzir uma narrativa, a mais acertada possível sobre os acontecimentos.

Para tanto, organizamos o texto em três partes. Na primeira, apresentamos um aspecto bastante característico da região Sudoeste do Estado do Paraná, a disputa pela terra. Na segunda parte do texto, nos centramos nas questões ligadas ao desenvolvimento econômico, social e populacional e que levaram ao aparecimento das primeiras iniciativas educativas em Francisco Beltrão. Na terceira parte, adentramos nos acontecimentos que produziram a história do Colégio Estadual Mário de Andrade. Por fim estabelecemos algumas breves conclusões.

Ocupação da região Sudoeste do Paraná

De acordo com Lazier (1998), a constituição do território do Sudoeste do Paraná foi marcada por uma constante disputa de terras, onde seus habitantes viram, ao longo de muitos anos, poderosos

leitura e os ajustes que entendesse necessários, como acréscimos ou supressão no texto. Feito isso colhemos a assinatura cedendo os direitos de uso integral ou em partes na pesquisa e autorização para arquivamento junto ao arquivo da Universidade.

tentando usufruir de seu rico chão, e pequenos lutando pela sobrevivência dos seus entes queridos e brigando para que seus direitos fossem respeitados. Segundo Lazier:

Sendo o Sudoeste do Paraná uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A Argentina e o Brasil disputaram a região. Os Estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região. Os conflitos pela posse das terras da região envolveram também a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, a CITLA, o Governo do Paraná e, principalmente, os posseiros (1998, p. 21).

Cardoso (2011), salientou que esta disputa conhecida como “Questão das Missões” ou “Questão de Palmas”, que envolveram as terras da região teve origem nas disputas entre Portugal e Espanha, por pertencer ao território das missões, aldeamentos indígenas organizados pelos padres da Companhia de Jesus. O primeiro conflito aberto pelas terras do território que abriga o atual Sudoeste foi protagonizado por Brasil e Argentina.

De acordo com Lazier (1998), a Argentina defendia que o limite deveria passar pelos rios Chapecó e Chopim, sendo a região pertencente a Argentina. O Brasil reivindicava que o limite deveria ser pelos rios Santo Antônio e Peperi-guaçu, garantindo assim a posse do território ao Brasil. Os dois países decidiram então que o impasse seria resolvido por meio de um árbitro internacional. O presidente norte americano, Stephen Grover Cleveland foi escolhido como juiz neste tribunal internacional. Cleveland deu ganho de causa ao Brasil, em julgamento finalizado em 1895.

Após a decisão, a região passou, oficialmente, a pertencer a nação brasileira, quando foi alvo de outra disputa, desta vez, entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Segundo Abatti (2016), após a guerra do contestado, houve um acordo delimitando as fronteiras dos estados. A

assinatura do documento ocorreu em 20 de outubro de 1916, quando a região passou a pertencer definitivamente ao Paraná.

Este período todo de disputas e de incertezas quanto a verdadeira competência administrativa do território, deixou a região desassistida pelas autoridades. Após o desenrolar dos conflitos, o Brasil passou a ter mais interesse em povoar e desenvolver a região, até mesmo para evitar uma nova tentativa da Argentina de dominar o local. Nesse sentido, no início da década de 1940, o governo Getúlio Vargas interferiu, diretamente na região com a política de colonização conhecida como “Marcha para o Oeste”, criando a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO². Conforme Abatti:

A CANGO oferecia aos colonos que chegavam à região, em crescente número, todo tipo de ajuda e assistência: a terra, a casa, ferramentas e sementes agrícolas, ajuda médica. Tudo era de graça, mas sem o título de propriedade de terra. Na prática, os agricultores eram ainda considerados posseiros. Tinham a posse da terra, mas não um documento que atestasse a sua propriedade (2016, p. 44).

Após a implantação da CANGO e a chegada dos posseiros, vindos majoritariamente dos estados do Rio Grande de Sul e Santa Catarina, houve mais um capítulo de disputa pelas terras da região. Conforme Lazier:

A partir do ano de 1950 a CITLA³ começou a atuar em Francisco Beltrão. Os emissários da CITLA apareceram como

² De acordo com Lazier (1998), vários reservistas do exército solicitaram ao governo a doação de lotes na área da fronteira. Este ato, dos militares, levou a Divisão de terras e Colonização a criar um núcleo colonial na região. Uma comissão foi escolhida pelo Ministério da Agricultura para estudar o melhor local para a criação da colônia agrícola. Após a apresentação de um relatório contendo dados como clima, agricultura, cursos d'água, reservas florestais, fauna e vias de comunicação, o presidente Getúlio Vargas criou, pelo decreto 12.417 a CANGO, em 12 de maio de 1943.

³ CITLA – Clevelândia Industrial Territorial Ltda.

proprietários das Glebas do Chopim e Missões e começaram a vender a referida área em lotes aos roceiros e demais interessados. Foi o começo de um grande drama (1977, p. 10).

A CITLA, segundo Lazier (1998), conseguiu o título das terras de forma ilegal, caracterizando-se como uma grileira de terras. E foi nesta condição, segundo o autor, que a empresa chegou ao Sudoeste do Paraná e começou a exigir o pagamento das terras por aqueles que estavam colonizando o local, atrapalhando o trabalho da CANGO.

A quantidade de ilegalidades e de atos controversos por parte da CITLA, colocaram ela em vários conflitos judiciais com a própria CANGO, mas também com os posseiros. A empresa começou a colocar jagunços para ameaçar os colonos. Sabendo da ilegalidade de seus atos, queriam arrecadar o mais rápido possível a maior quantidade de dinheiro que conseguissem. Faziam os posseiros pagar e assinar notas promissórias. Conforme Lazier:

Em discurso feito no Senado Federal, o senador paranaense Othon Mader [...] a respeito das arbitrariedades cometidas no Sudoeste do Paraná, nominou 14 mortos e desaparecidos, 47 vítimas de espancamento, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões etc. (1998, p. 56).

Todo este clima de tensão e violência culminou na revolta dos posseiros em 1957. De acordo com Lazier:

Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros de todo o Sudoeste do Paraná resolveram colocar um paradeiro àquele estado de coisas, resolveram fazer justiça com suas próprias forças (1977, p. 20).

Conforme descreveu o mesmo autor, em uma ação conjunta, os posseiros tomaram várias cidades do Sudoeste do Paraná, Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. As cidades

ficaram nas mãos dos posseiros por três dias, sendo o ponto auto da revolta, o dia 10 de outubro de 1957.

A CITLA e outras companhias de terras, do mesmo grupo, que haviam se juntado a ela, foram expulsas da região, seus escritórios depredados e os documentos queimados e atirados pela a rua.

Após este ato, segundo Lazier (1998), o Governo Federal baixou o Decreto nº. 50.379, de 27 de março de 1961, desapropriando as terras no dia, e, posteriormente, em 19 de março de 1962, o então presidente da república, João Goulart, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), pelo Decreto nº 51.431, para regularizar a propriedade das terras da região.

Mediante o levantamento jurídico das propriedades, o GETSOP demarcou e titulou os lotes urbanos e rurais, organizando a colonização da região. Segundo Abatti:

Os posseiros poderiam não ser os donos legítimos das terras que ocupavam, mas eram eles que usavam a terra para produzir e sobreviver junto a sua família. O que o GETSOP fez foi conferir a posse de terra aos que mais necessitavam dela para sobreviver, de forma justa e eficiente[...] (2016, p. 57).

Lazier também destacou o trabalho do GETSOP na região entre 1962 e 1974:

Atuando com decência, honestidade e eficiência, o GETSOP cumpriu sua missão. Mais de 40 mil títulos foram fornecidos. Os posseiros tornaram-se proprietários. Terminou, assim, a problemática da terra no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão (1977, p. 11).

A luta pela terra marcou profundamente toda a história da região Sudoeste do Paraná. E foi também por causa da oportunidade de ter um pedaço de chão que muitas famílias migraram para a região, e para o município de Francisco Beltrão, dando origem a um movimento de

atividades que fizeram a região/cidade se desenvolver em todos os seus aspectos, inclusive o educacional.

Outro ponto importante que precisamos destacar, com relação a regularização das propriedades, foi que esta condição permitiu aos colonos o acesso ao crédito bancário, que serviu para o financiamento e a modernização do trabalho no campo.

Esta modernização acabou levando ao êxodo rural, seja por causa da substituição da força de trabalho pelas máquinas, ou pelo endividamento dos agricultores junto aos bancos. Este movimento contribuiu significativamente para o crescimento das áreas urbanas, produzindo impactos diretos no processo de escolarização.

Desenvolvimento Econômico e Educativo em Francisco Beltrão

Antes das políticas de colonização, a região Sudoeste do Paraná já era habitada por caboclos e por nativos indígenas. De acordo com Wachowicz (1985), suas principais atividades eram a extração e o cultivo da erva-mate e a criação de porcos.

Com o incentivo da migração e da colonização, em especial após a instalação da CANGO, a região passou a receber muitos descendentes de italianos e alemães. Este grande aumento na circulação de pessoas, de acordo com Ortolan (2007), fez crescer em 390% o índice demográfico de 1960 em relação com o de 1950.

O aumento populacional estimulou o crescimento de atividades industriais, de transporte e de atacado e varejo. No campo da agricultura, inovações foram aparecendo e sendo cada vez mais utilizadas pelos agricultores, como o uso de máquinas, adubos e produtos químicos.

Conforme Flores (2009), muitas madeireiras também se mudaram para a região, fomentando vários outros serviços ligados a madeira, como a extração, o transporte, as marcenarias e os serviços de carpintaria. A população também começou a estruturar suas residências próximo a locais de instalação das madeireiras, potencializando o aumento da população urbana.

De acordo com o mesmo autor, no ano de 1960, o Sudoeste do Paraná possuía 25.780 habitantes no perímetro urbano das cidades, sendo 4.989, na cidade de Francisco Beltrão.

Ainda assim, a grande maioria da população era rural. Só a partir da década de 1970 foi que o êxodo rural se intensificou, subindo de 17,9% para 33,5%. O mesmo autor aponta que em 1980, de um total de 521.477 mil habitantes, 174.492 viviam na área urbana.

Quanto ao município de Francisco Beltrão, os dados populacionais eram os seguintes.

Tabela 1 - População urbana, rural e total de Francisco Beltrão entre as décadas de 1960 e 1991.

POPULAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	4.989	50.507	55.496
1970 ⁴	13.413	23.394	36.807
1980	28.289	20.473	48.762
1991	45.622	15.650	61.272

Fonte: Francisco Beltrão (2007). Dados adaptados pelos autores.

Ainda de acordo com Flores (2009), as propriedades rurais, até a década de 1980, fizeram grandes investimentos em equipamentos agrícolas e utilização de fertilizantes. O autor destacou que o número

⁴ Conforme Cattelan (2014), entre as décadas de 1960 e 1970 houve o desmembramento de alguns municípios, Marmeleiro em 1960, Enéas Marques e Salto do Lontra em 1964. Isso fez com que Francisco Beltrão perdesse população.

de produtores rurais que buscaram linhas de crédito em bancos foi de 4.672 no ano de 1970, enquanto em 1980, o número teve um grande salto passando para 20.846 produtores rurais.

O crescimento do crédito agrícola e da vida urbana permitiu a desenvolvimento de vários outros setores da economia. De acordo com os estudos de Flores (2009), neste período empresas do ramo de vestuário como a *Latreille jeans*, a *Keiser* e a *Raffer* instalaram-se nas cidades de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, tendo indústria de confecção e lojas próprias para venda de seus produtos.

Laticínio e avicultura também foram ramos explorados pela indústria e pelo comércio, e tiveram grande relevância para o desenvolvimento econômico da região Sudoeste do Paraná naquele período. Empresas como a *Latco* alavancaram a produção de leite, assim como a instalação de empresas ligadas a avicultura, como a *Gralha Azul Avícola* em 1971, *Comércio de Aves Sudoeste Ltda* em 1974 e a *Seva* em 1981, todas em Francisco Beltrão.

O constante avanço demográfico, comercial e industrial da região fez com que, concomitantemente, fosse surgindo a necessidade de um amparo educacional mais amplo, que permitisse o acesso não apenas aos níveis fundamentais de instrução, mas que tivesse condições de atender a demanda tanto instrucional, média e profissional, quanto de alunos, que crescia cada vez mais.

Conforme já mencionamos neste texto, um grande impulso para o desenvolvimento da região foi a criação e instalação, no final da década de 1940, da CANGO, no território que hoje pertence ao município de Francisco Beltrão. Foi também por meio da CANGO que a educação deu seus primeiros passos. De acordo com Cattelan (2014), ao chegarem na CANGO, as famílias realizavam um cadastro, as crianças em idade escolar eram registradas para dar continuidade aos estudos. Nesse sentido, foram criadas e mantidas inúmeras escolas primárias na região, chegando a um total de 27 em 1957.

No início da década de 1950, chegou em Francisco Beltrão religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, uma organização religiosa e educacional que se consolidou no município. Segundo Belliato (2017), com o passar do tempo, as Irmãs Escolares construíram uma grande estrutura educacional, que a partir de meados da década de 1960 fez uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação para abrigar instituições públicas, como foi o caso do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão e da Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi, que, por vários anos funcionaram nas dependências do Instituto Nossa Senhora da Glória.

A partir de meados da década de 1960, com o avanço do processo de urbanização houve o aumento de demanda por escolas primárias e, conseqüentemente a necessidade de estudos secundários. Na época havia uma espécie de acordo entre o Estado e os municípios do Paraná, de que a criação de escolas nas áreas urbanas era de responsabilidade do Estado e nas áreas rurais dos municípios. Isso ficou bem evidente em Francisco Beltrão e perdurou até o início da década de 1990, quando houve a municipalização das escolas primárias, até a 4ª série. Naquela oportunidade, todas as escolas urbanas que ofereciam as séries iniciais do ensino de 1º grau foram municipalizadas, ficando a responsabilidade pela 5ª a 8ª séries para o Estado. Isso fez com que várias escolas funcionassem nos mesmos espaços. Posteriormente, o Estado ou o município contruíram estruturas próprias, possibilitando a separação.

De acordo com Severgnini e Castanha (2019), foram criadas várias instituições Estaduais em Francisco Beltrão nas décadas de 1960 e 1970. A primeira instituição Estadual criada no município uma escola isolada no ano de 1949, ainda antes da emancipação, que se deu em 1952. Em 1956, essa escola isolada recebeu uma estrutura nova, transformando-se no grupo escolar Dr. Eduardo Virmond Suplyci, atualmente Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplyci. Em 1958

surgiu o Grupo Escolar Vila Nova, atual Colégio Estadual Beatriz Biavatti. O Grupo Escolar Cristo Rei foi criado em 1968, sendo atualmente denominado de Colégio Estadual Cristo Rei. Em 1969, no bairro Alvorada, surgiu o Grupo Escolar Alvorada, atualmente Colégio Estadual Reinaldo Sass.

A primeira instituição a ofertar ensino secundário em Francisco Beltrão, segundo Belliato (2017), foi a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Glória, fundada em 1959. Por ser voltada a formação de professores, não despertou a interesse de muitos jovens. Para atender a demanda de formação geral, em 1964 foi criado o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, nosso objeto de estudo.

Na época a escolarização das crianças estava em franca expansão, tanto na cidade, como na zona rural e isso fez crescer a necessidade de mais professores e professores mais bem preparados. Para atender essa demanda, segundo Belliato (2017), no final de 1965, foi criada a Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi. Essa Escola Normal foi a primeira a ofertar ensino secundário em nível colegial em Francisco Beltrão. Com a consolidação da Escola Normal Colegial e do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, a Escola Normal Regional (de nível ginásial) foi extinta no final de 1967, sendo seu alunos absorvidos pelo Ginásio Estadual.

No final da década de 1960, o distrito de Nova Concórdia, era uma vila urbana em expansão, isso fez com que demandasse uma escola ginásial. Com a mobilização da comunidade foi autorizado pelo o funcionamento do Ginásio Nova Concórdia em 31 de dezembro de 1968, mantido pela Campanha Nacional de Educandário Gratuito. Mas em 1971, o Estado assumiu a instituição, passando a denominar-se Ginásio Estadual Nova Concórdia, que atualmente é o Colégio Estadual Arnaldo Faivro Busato.

Destas instituições apresentadas, salientamos que a Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi foi incorporada, no ano de

1976, a “Escola de Segundo Grau ‘Roberto Antônio Croda’, que funcionava junto ao Colégio Estadual Eduardo Virmond Suplicy” (BELLIATO 2017, p. 133). O último registro de formatura foi 1977. Com a abertura da Habilitação do curso de Magistério de 2º Grau pelo CEMA em 1978, a Escola Normal foi extinta, sendo seus alunos remanescentes incorporados nesta nova modalidade de formação de docentes.

Colégio Estadual Mário de Andrade: da criação a consolidação como instituição pública de ensino

O Colégio Estadual Mário de Andrade tem sua origem no Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, instituição fundada em 1964, na vigência da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

A Lei 4,024, no seu artigo 33 estabeleceu que o ensino médio seria “ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial”, abrangendo, “entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, Lei 4.024 de 1961). O ciclo ginásial tinha quatro séries anuais e o colegial, um mínimo de três séries anuais.

Conforme prevista no artigo 11, “A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei da mesma lei” (BRASIL, Lei 4.024 de 1961). Com o objetivo de regulamentar esse dispositivo da LDBEN, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, criando seu Sistema Estadual de Ensino.

Ao tratar da organização do secundário/ensino a Lei estabeleceu o seguinte:

Art. 124 – A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do

adolescente, de técnicos e profissionais de nível médio e de professores para o ensino primário. Art. 125 – A educação de grau médio nos estabelecimentos oficiais a particulares sujeitos à legislação estadual, poderá ser ministrada em dois (2) ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá o ensino secundário, o ensino técnico e profissional, e o ensino normal (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

Para investigar a instalação e a história do Colégio Estadual Mário de Andrade no município/cidade de Francisco Beltrão, além de prescrutar documentos, históricos escolares e relatórios localizados na própria instituição de ensino, também dispomos de entrevistas realizadas com ex-professores e ex-diretores do Colégio.

Em seu Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, CEMA, 2017), consta que a instituição foi aprovada em 1964, com o nome de Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, por meio do decreto 14.006, de 29 de janeiro de 1964.

De acordo com Elaine Silveira Neto (2020)⁵, em 1964, já existia a oferta no município do ensino de grau ginásial pelo La Salle, mas era pago⁶. Para ela, a grande demanda por educação de nível secundário e a falta de condições econômicas da população, foram fatores que influenciaram na luta da comunidade e das autoridades locais, para a implantação de uma instituição pública de ensino nessa modalidade.

Segundo o senhor Valtrudes Silveira Neto⁷, houve grande disputa política em torno de quem seria o diretor do Ginásio, tendo sido empossados e destituídos vários diretores apenas na primeira semana de funcionamento da instituição. “Ao ser implantado o Ginásio, as

⁵ Elaine Silveira Neto, foi ex-Professora do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão entre 1965 e 1970. Atualmente reside na cidade de Nova Prata do Iguazu – PR.

⁶ Havia também a Escola Normal Ginásial de nível secundário, fundada em 1959, mas atendia apenas a demanda da formação de professores.

⁷ Valtrudes Silveira Neto, foi ex-professor e primeiro diretor do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão entre os anos de 1964 e 1967. Atualmente reside na cidade de Nova Prata do Iguazu – PR.

forças políticas se digladiaram para a nomeação do diretor” (SILVEIRA NETO, V, 2020).

Conforme relatou o senhor Valtrudes: “Fui consultado pelo Dr. Paracelso, se aceitava ser diretor do Ginásio, ao que respondi favoravelmente, desde que fosse coisa definitiva pois antes houve vários diretores nomeados e rapidamente destituídos” (SILVEIRA NETO, 2020).

Após assumir a direção da instituição, conforme relatou o senhor Valtrudes Neto (2020), a primeira missão foi encontrar professores capacitados para ministrar as aulas no Ginásio, uma vez que eram poucas as pessoas que possuíam a formação acadêmica necessária para realizar o trabalho. Para solucionar o problema, o diretor buscou entre os profissionais liberais da cidade àqueles que podiam assumir as aulas mais próximas a sua atividade profissional. Assim, ele mesmo, formado em direito, passou a ministrar aulas de português, enquanto engenheiros e contadores ministravam as aulas de matemática e dentistas da cidade assumiram aulas de ciências.⁸

Neste período, de acordo com Beliatto (2017), o Ginásio de Francisco Beltrão não contava com uma sede própria, realizando suas atividades em salas emprestadas pelo Grupo Escolar Suplicy. A demanda de alunos aumentava muito, e as salas improvisadas já não eram suficientes para atendê-los. Conforme indicou o mesmo autor, a Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora havia construído um grande prédio com doações da comunidade e recursos vindos da Alemanha. Devido a necessidade de espaço mais amplo para acomodação dos alunos do Ginásio, a Secretaria de Educação do

⁸ A Lei 4.024/61, nas suas disposições gerais transitórias estabeleceu o seguinte no seu artigo 118: “Enquanto não houver número suficiente de profissionais formados pelos cursos especiais de educação técnica, poderão ser aproveitados, como professores de disciplinas específicas do ensino médio técnico, profissionais liberais de cursos superiores correspondentes ou técnicos diplomados na especialidade (BRASIL. lei 4.024 de 1961).

Estado firmou uma parceria com as religiosas, no final do ano de 1967, para que o Ginásio passasse a funcionar nas dependências das Irmãs. Pelo acordo, além de alugar a estrutura física, as Irmãs assumiriam a direção da instituição a partir do ano seguinte (BELLIATO 2017).

Em seu relato o ex-diretor Valtrudes Neto discorreu sobre esse fato da seguinte forma:

Não sei os motivos do acordo do governo estadual com as irmãs escolares de Nossa Senhora em 1967, mas achei justo tendo em vista o belo prédio que elas construíram. Fiz questão que fossem todos para o referido colégio. Inclusive eu e minha esposa demos aula de português. Por falta de tempo, deixei de dar aulas, porém minha esposa ainda continuou por um bom tempo. Na realidade elas fizeram aquele baita prédio lá e não tinham alunos. Eu que cedi os alunos. Falei: “Vão todo mundo lá que é de graça”. Elas primeiro conversaram ali, até por medo que fosse dar bronca de novo, manifestação, como foi no início... (SILVEIRA NETO, 2020).

Com a ampliação do espaço físico, o Ginásio Estadual pode absorver mais alunos, isso provocou o fechamento do curso ginásial dos Irmãos La Salle, ainda no ano de 1968, aumentando ainda mais a demanda. Naquele momento, as Irmãs administravam várias modalidades de ensino no mesmo prédio, entre elas, jardim de infância, ensino primário, o curso ginásial e ensino Normal Colegial. Devido diversidade de modalidades de ensino e a grande demanda, o Ginásio ofertava turmas nos três turnos. (PARANÁ. CEMA, 1973).

Como a cidade já contava com muitos formados no nível ginásial, a comunidade começou a pressionar as autoridades educacionais e políticas, para viabilizarem a abertura da formação em nível colegial na instituição. As pressões surtiram efeito, pois, “em 11/12/70, pelo Decreto n. 21.863, foi criado o 2º Ciclo (Curso Científico), passando então o antigo Ginásio a denominar-se ‘Colégio Estadual Mario de Andrade – Ensino de 1º e 2º Graus’ (PARANÁ. CEMA, 2017).

O aumento do grau de formação exigiu professores mais qualificados, constituindo-se em outro problema a ser enfrentado para viabilizar o funcionamento da nova modalidade de formação. Conforme relatou Neide Ferreira⁹:

No início, aqui em Francisco Beltrão, não existiam professores com licenciaturas. No próprio Colégio das irmãs, no ginásio, os professores eram dentistas, psicólogos... Os profissionais da cidade é que trabalhavam como professor... Quando foi instituído o ensino médio, o segundo grau, na época, houve dois ramos... Primeiro, foi o magistério, o curso normal, e o segundo, foi o curso científico. Aí se precisou de professores. A maioria, ou um grande número deles vieram do La Salle. Eu não lembro exatamente a data, mas o Colégio La Salle foi desativado e todos os professores que trabalhavam no La Salle vieram para o Mario de Andrade. E, também, vários professores de fora... Nós tivemos muitos professores que vieram exclusivamente para trabalhar no Mario de Andrade (FERREIRA, 2018).

Danilo Schiessl¹⁰, também salientou em seu relato a necessidade de profissionais capacitados para assumirem as aulas, não sendo mais possível a contratação de profissionais liberais para ministrarem todas as disciplinas.

Algumas pessoas se prontificaram a ministrar aula na falta de professores, mas a exigência era a titulação, sem isso, não era possível nem encaminhar a documentação solicitando a abertura. [...] Foram para o estado de Minas Gerais, e de lá

⁹ Neide Maria Ferreira foi ex-professora e ex-secretária do Colégio Estadual Mario de Andrade. Veio para Francisco Beltrão em 1963, foi aluna da Escola Normal de grau Ginásial e Colegial Nossa Senhora da Glória, depois, graduou-se em Estudos Sociais e História e fez Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa. Também foi chefe do Núcleo Regional de Educação entre os anos de 1989 e 1994.

¹⁰ Danilo Oscar Schiessl foi ex-professor e ex-diretor do Colégio Estadual Mario de Andrade. Veio para Francisco Beltrão no final de 1965. Ministrou aulas de Matemática no Colégio La Salle e no Mário de Andrade, tendo assumido a direção da instituição durante um período.

trouxeram diversos professores. Professores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, vieram de toda parte. Onde havia professor disponível foi se rebuscar para que atendessem as necessidades que se exigia. Essa busca de professores se fez, principalmente, pelo conhecimento que os irmãos Lasallistas, que também passaram a integrar o quadro de magistério do Mario de Andrade, e tinham conhecimento de outros irmãos, e foram em busca deles, então, nessas diversas localidades (SCHIESSL, 2018).

Para evidenciar o tamanho da Instituição CEMA, organizamos um quadro com o número de matrículas dos cursos ginásial e colegial regidos pela Lei n. 4.024 de 1961.

Tabela 2 - Cursos de nível secundário e n. de matrículas totais no CEMA regidos pela Lei 4.024/61.

CURSO	ANO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	CURSO	ANO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
Ginásial	1969	971	Científico	1971	64
Ginásial	1970	1074	Científico	1972	142
Ginásial	1971	1168	Científico	1973	153
Ginásial	1972	1336	Científico	1974	229
Ginásial	1973	1128	Científico	1975	155
Ginásial	1974	845	Científico	1976	225
			Científico	1977	363
			Científico	1978	158

FONTE: CEMA: Relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelos autores.

Infelizmente não conseguimos localizar na instituição os relatórios referentes aos anos de 1965 e 1968. O número de alunos matriculados em cada curso, corresponde a soma dos alunos dos quatro anos do curso ginásial e dos três anos do curso Científico/Colegial. Como a implantação da Lei 5.692/71, foi gradual, os cursos autorizados anterior a lei, funcionaram normalmente até que a modalidade equivalente fosse ofertada.

Outro capítulo importante da história do Colégio Estadual Mário de Andrade aconteceu após a aprovação da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. A nova legislação educacional, promulgada no contexto do regime militar no Brasil, unia o então ensino primário com o ensino ginásial, ampliando o 1º Grau de 4 para 8 anos.

A lei estabelecia em seu Art. 3:

Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade: a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas; b) a entrosagem e a intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros; c) a organização de centros interescolares que reúnem serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos (BRASIL, Lei 5692 de 1971).

Sendo assim, com base nesta prerrogativa legal, o Colégio Estadual Mário de Andrade, juntamente com o Grupo Escolar Beatriz Biavatti e com o Instituto Nossa Senhora da Glória, formaram o Primeiro Complexo Escolar de Francisco Beltrão.

Na organização do Complexo, a escola Beatriz Biavatti e o Instituto Nossa Senhora da Glória ficaram responsáveis pelos alunos de 1ª a 4ª série, enquanto o Colégio Estadual Mário de Andrade ficou responsável por atender os alunos de 5ª a 8ª série vindos das duas instituições citadas e das demais escolas do município (PARANÁ. CEMA, 1973).

De acordo com o Planejamento Prévio do 1º Complexo (1973), a central de coordenação pedagógica era no Colégio Mário de Andrade, enquanto as outras duas instituições se articulavam entre si, considerando o que acontecia no Mário de Andrade.

Conforme indicou Schiessl (2018), após estas mudanças ocorridas na organização do ensino, o espaço cedido pelas irmãs também começou a ficar pequeno, e elas já demonstravam interesse de continuar suas atividades sem manter a parceria com o Estado. Isto levou ao início dos planejamentos e da construção de uma nova sede para o Colégio Estadual Mário de Andrade.

O professor Jackson Alano Ciola (2019)¹¹ salientou que o estado também tinha interesse em romper a parceria com as irmãs, uma vez que pagava aluguel do espaço cedido por elas. Era conveniente para ambas as partes, naquele momento, encerrar a parceria. No entanto, mesmo após a construção da sede própria, tendo ele mesmo assumido a direção da instituição, ainda permanecia sob supervisão da diretora do Instituto Nossa Senhora da Glória.

Segundo Jackson Ciola:

Através de esforços políticos e talvez pela busca de votos e pedidos constantes da comunidade, iniciou-se a construção do Mario de Andrade com apenas sete salas de aula. Estas salas de aula, na verdade, foram construídas para desafogar o Mario de Andrade do centro da cidade. Nelas vieram alunos dos bairros mais próximos e de algumas comunidades rurais. Seu primeiro nome foi Unidade de ensino de 1º grau (recebeu alunos só de 5ª a 8ª), e o primeiro diretor fui eu. Isso aconteceu em 1974 e tinha também a fiscalização da Irmã Bárbara. A ampliação da construção foi acontecendo e em 1977, o Colégio Estadual Mário de Andrade mudava-se definitivamente e a parceria pedagógica e financeira com o Estado e as Irmãs se extinguiu. O Estado pagava aluguel as Irmãs, razão pela qual, também, achou mais conveniência na construção do prédio próprio (CIOLA, 2019).

¹¹ Jackson Alano Ciola, foi ex-professor e ex-diretor do Colégio Estadual Mario de Andrade. Formou-se em letras pela Universidade Católica do Paraná, atualmente, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC. Veio para Francisco Beltrão em 1972 estimulado pela notícia de falta de professores na região. Ministrou aulas no Colégio Mário de Andrade e na cidade de Marmeleiro. Foi diretor do Mario de Andrade em 1974 e depois, novamente em 1997.

Assim, a partir de 1977, já estabelecido em sede própria, e não mais sob a supervisão das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, o Colégio Estadual Mário de Andrade prosseguiu com seu trabalho educacional na cidade de Francisco Beltrão.

Com a aprovação da Lei 5.692/71, o CEMA também passou a ofertar o segundo ciclo do curso de 1º grau, abrindo vagas para as turmas de 5ª a 8ª séries. Organizamos o quadro abaixo para demonstrar o número alunos atendidos.

Tabela 3 - Número de matrículas anuais de 5ª a 8ª séries no CEMA entre 1974 e 1982

ANO	N. DE ALUNOS	ANO	N. DE ALUNOS
1974	777	1979	1296
1975	965	1980	1167
1976	1708	1981	931
1977	1683	1982	908
1978	1332		

FONTE: CEMA: Relatórios finais de cada ano.
Dados organizados pelos autores.

Os dados do quadro evidenciam uma queda expressiva no número de matrículas a partir de 1978, isso se deu pela oferta dessa modalidade em outras instituições na cidade, inclusive, inclusive no Instituto Nossa Senhora da Glória, instituição da Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

A implantação do curso de 2 grau profissionalizante, regido pela Lei 5.692/71, teve início somente em 1978. Organizamos um quadro indicando as modalidades de formação e o número de jovens matriculados em cada curso entre 1978 e 1982.

Tabela 4 - Modalidades e número de matrículas nos cursos secundários profissionalizantes ofertados pelo CEMA de 1978 a 1982

ANO	CONTABILIDADE	AUX. DE ESCRITÓRIO	MAGISTÉRIO
1978	310	195	84
1979	446	281	148
1980	523	374	178
1981	627	528	120
1982	667	386	162

FONTE: CEMA: Relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelos autores.

Os dados do quadro acima evidenciam uma expressiva procura pelos voltados as atividades comerciais, em grande expansão à época na região.

Para demonstrar o tamanho da instituição, organizamos um quadro síntese reunindo as matrículas totais de alguns anos entre 1972 e 1982.

Tabela 5 - Totais de matrículas em todos os cursos ofertados pelo CEMA nos respectivos anos.

ANO	1970	1972	1974	1976	1978	1980	1982
Total De Matrículas	1047	1478	1890	1933	2109	2242	2123

FONTE: CEMA: Relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelos autores.

Os números são muito significativos e expressam o tamanho do CEMA na época, isso evidencia que a instituição teve um papel central na formação dos adolescentes e jovens de Francisco Beltrão na época. O Colégio Estadual Mário de Andrade foi a única instituição pública a ofertar o ensino médio até o ano de 1989 em Francisco Beltrão.

Devido aos diversos problemas enfrentados na oferta dos cursos profissionalizantes, como falta de recursos para montar laboratórios, dificuldades de estágios profissionais, formação de professores entre outros, foi aprovada a lei 7.044, de 10 de outubro de 1982, que alterou

alguns dispositivos da Lei nº 5.692/71, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau (BRASIL. lei 7.044 de 1982). A nova lei desobrigou o ensino técnico profissionalizante de 2º grau, mas apresentou diretrizes para a possível manutenção destas modalidades de ensino, caso as instituições assim desejassem.

Fiod (1983), apontou para o fato de que a economia brasileira teve uma fase de internacionalização a partir da década de 1960, e as exigências do capital externo elevaram a necessidade da qualificação técnica para o trabalho nas empresas. Este pensamento orientou a formulação da Lei 5.692/71. Porém, para a mesma autora, a lei 7.044/82, retomou o foco do ensino secundário como um tipo de educação geral e propedêutica, que encaminhava os estudantes para o ensino superior. Para ela, embora a nova lei não representa-se uma reforma, resgatava o conceito de trabalho como um desafio para o homem, e não apenas como uma ocupação profissional.

A partir desta lei, o CEMA voltou a oferecer o curso de educação geral, mas manteve os cursos técnicos profissionalizantes, sendo uma referência nesta modalidade de ensino até os dias atuais.

Considerações finais

O Ginásio Estadual, depois Colégio Estadual Mário de Andrade surgiu para atender a demanda existente em Francisco Beltrão e na região Sudoeste do Paraná, por ensino de nível secundário público e gratuito. Vimos como o crescimento econômico, populacional e a urbanização aumentaram a demanda por escolarização e formação profissional. Conforme o município se desenvolveu cresceu a necessidade do atendimento educacional, tanto no que diz respeito a número de alunos quanto aos níveis de ensino.

Queremos enfatizar que a história do CEMA é muito mais rica e ampla do que a expressada nestas páginas. Devido as limitações de um artigo, tivemos que fazer uma opção. Não tratamos, por exemplo da organização curricular, da relação com o regime militar, da democratização interna da instituição, do grande número de evasão dos alunos matriculados, entre outros temas possíveis de análise.

Em Francisco Beltrão, já existia o ensino secundário ginásial na instituição dos irmãos La Salle pagas e na Escola Normal Ginásial, que atendia a demanda de formação de professores, mas não havia instituição que atendesse a demanda de formação geral e que fosse pública. Nesse sentido, o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão foi criado para suprir esta necessidade, e fez isso durante muitos anos, incorporando, inclusive, a Escola Normal Ginásial e o Ginásio La Salle, que fecharam seus atendimentos e os alunos foram direcionados na instituição que viria a ser o CEMA.

Como parte integrante do Primeiro Complexo educacional de Francisco Beltrão, o CEMA atendia a demanda de alunos de 5^o a 8^o série vindas não apenas das duas outras unidades do Complexo (Instituto Nossa Senhora da Glória e Escola Beatriz Biavatti), mas também de outras escolas da região, que não tendo a oferta das séries seguintes em suas localidades, se dirigiam para o CEMA.

O Colégio Estadual Mário de Andrade, a partir da implantação integral da Lei 5.692/71, foi a única instituição pública a oferecer o ensino médio em Francisco Beltrão até o ano de 1989, quando o Colégio Estadual Reinaldo Sass, também passou a oferecer este nível de ensino.

Pelo seu histórico e pelo número de adolescentes e jovens, que receberam formação científica e profissional, fica evidente a importância desta instituição educacional para o desenvolvimento de Francisco Beltrão e região, tendo atendido durante muitos anos, sozinha, a demanda de alunos de nível secundário.

Não há dúvidas que o Colégio Estadual Mario de Andrade contribuiu enormemente para a formação educacional da população de Francisco Beltrão, seja preparando-os para dar seguimento nos estudos ou diretamente para o mercado de trabalho por meio dos cursos profissionalizantes.

* * *

Referências

- ABATTI, A. O Sudoeste do Paraná: A construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR. In: BONAMIGO, Carlos Antônio et. all. **História e Região: Os 100 anos do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina**. Francisco Beltrão - PR: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2016, p. 50 – 63.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLIATO, M. da C. **O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951 – 1982)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2017.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, p. 11429. Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 51 Vol. 7 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1 de 12/8/1971, p. 6377. Coleção de Leis do Brasil de 1971, p. 59 Vol. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970->

1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html

Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.** Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/10/1982, p. 19539. Coleção de Leis do Brasil - 1982, p. 75 Vol. 7 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>

CARDOSO, L. P. C. **Notas sobre as definições das fronteiras pátrias entre Brasil e Argentina.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

CATTELAN, C. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981:** a escola multisseriada. Dissertação de Mestrado em Educação. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2014.

COLÉGIO ESTADUAL MARIO DE ANDRADE. **Planejamento Prévio do 1º complexo de Francisco Beltrão – Construção Coletiva,** 1973.

FLORES, E. L. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2009.

FRANCISCO BELTRÃO. **História e Geografia de Francisco Beltrão:** educando com o coração. / Francisco Beltrão: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 2º ed., 2007.

FREITAS, S. M. de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense.** 3º Ed. Francisco Beltrão: Grafit – Gráfica e Editora LTDA, 1998.

LAZIER, H. Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. **Revista Jubileu de Prata -** Francisco Beltrão Edição Histórica. Francisco Beltrão - PR: Editora Folha do Sudoeste LTDA, 1977, 19 – 25.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. São Paulo: **EccoS – Revista Científica**, vol. 7, n. 2, p. 351-368, jul/dez de 2005.
- ORTOLAN, A. A. **Aspectos da construção histórica do Sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão**. Revista faz Ciência, v.9, n.9, jun/jul de 2007, p. 11- 33.
- PARANÁ. Lei Nº. 4978 de 05 de dezembro de 1964. **Estabelece o Sistema Estadual de Ensino**. Curitiba: Conselho Estadual do Educação, 1964. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4978-1964-parana-estabelece-o-sistema-estadual-de-ensino>> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.
- PARANÁ. **Colégio Estadual Mario de Andrade - Projeto Político Pedagógico** – Construção Coletiva. Francisco Beltrão: CEMA, 2017.
- SAVIANI, D. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Orgs). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013, p. 13 – 31.
- SEVERGNINI, A. F.; CASTANHA, A. P. A Implantação dos Colégios Estaduais em Francisco Beltrão no Contexto do Regime Militar. Francisco Beltrão: **Faz Ciência**, vol. 21, n. 34, jul/dez de 2019, p. 46-61. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/24539/15739> Acesso em 10/03/2020.
- WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

Fontes orais

- CIOLA, Jackson Alano. Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2019.
- FERREIRA, Neide Maria. Entrevista realizada no dia 07 de agosto de 2018.
- NETO, Elaine Schmidt. Entrevista realizada no dia 06 de janeiro de 2020.

NETO, Valtrudes Silveira. Entrevista realizada no dia 06 de janeiro de 2020.

SCHIESSL, Danilo Oscar. Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2018.

Recebido em 27 de maio de 2020.

Aprovado em 27 de julho de 2020.